Guilherme de Souza Nucci

Manual de Direito Penal

11.ª edição
revista, atualizada e ampliada

RIO DE JANEIRO
A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2015 by EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 10.ª edição.

Capa: Danilo Oliveira

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.
Nucci, Guilherme de Souza


Bibliografia

13-07775 CDU: 343.1(81)
Sumário

PARTE GERAL

Capítulo I 
DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal............................................................... 3
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo ................................ 3
3. Política criminal.............................................................................. 4
4. Criminologia.................................................................................. 5
5. Bem jurídico.................................................................................. 6
Síntese.............................................................................................. 8

Capítulo II 
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal.................................. 9
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil...................................... 17
Síntese.............................................................................................. 18
Capítulo III
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância
   1.1 Princípios regentes
   2. Princípios de direito penal
      2.1 Constitucionais explícitos
         2.1.1 Concernentes à atuação do Estado
            2.1.1.1 Legalidade (ou reserva legal)
            2.1.1.2 Anterioridade
            2.1.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica
            2.1.1.4 Humanidade
            • Ponto relevante para debate:
               A prisão no Brasil e a humanidade
               2.1.2 Concernentes ao indivíduo
                  2.1.2.1 Personalidade ou da responsabilidade pessoal
               • Ponto relevante para debate:
                  A pena de multa após a morte do condenado
                  2.1.2.2 Individualização da pena
                  2.2 Constitucionais implícitos
                     2.2.1 Concernentes à atuação do Estado
                        2.2.1.1 Intervenção mínima e princípios paralelos e corolários da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade
                        2.2.1.2 Taxatividade
                        2.2.1.3 Proporcionalidade
                        2.2.1.4 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato
                     2.2.2 Concernente ao individuo
                        2.2.2.1 Culpabilidade
                        • Ponto relevante para debate:
                           A ofensividade (ou lesividade) como princípio de direito penal
                           Síntese

Capítulo IV
FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal
   1.1 Iniciativa de leis em matéria penal
   1.2 Costume e fonte do direito penal
   1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal
   2. Interpretação e integração no direito penal
   Síntese
Capítulo V
LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade ................................................................. 41
   1.1 Origem histórica ..................................................................... 42
   1.2 Legalidade e garantismo penal ........................................... 42
   1.3 Legalidade material e legalidade formal .............................. 42
2. Conceito de anterioridade ......................................................... 43
3. Extensão da palavra crime .......................................................... 43
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança .......... 43
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade .............. 44
   Síntese ................................................................................. 47

Capítulo VI
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo ..................................... 49
2. Abolitio criminis (abolição do delito) ........................................... 50
   2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (novatio legis in mellius)...... 51
   2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (novatio legis in pejus) ...... 51
3. Lei penal benéfica em vacatio legis e combinação de leis ............... 51
   • Ponto relevante para debate:
     A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu .......... 53
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica ............................. 54
5. Crime permanente e lei penal benéfica .......................................... 55
6. Crime continuado e lei penal benéfica ............................................ 56
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica .............................. 56
8. Leis intermitentes .................................................................... 57
   8.1 Extensão e eficácia ............................................................... 57
   • Ponto relevante para debate:
     A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da
     retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição
     Federal .................................................................................. 58
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência .................. 60
   Síntese .................................................................................. 63

Capítulo VII
TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime .................................................. 69
2. Alcance da teoria da atividade ..................................................... 69
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas 70
4. Teorias sobre o lugar do crime 70
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP 71
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas 71
Síntese 71

Capítulo VIII
APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade 73
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço 73
3. Conceito de território e seus elementos 74
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos 74
3.2 Espaço aéreo 74
3.3 Mar territorial brasileiro 75
4. Território brasileiro por equiparação 75
4.1 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves 76
4.2 A lei penal e a Convenção de Tóquio 76
5. Critérios para a extraterritorialidade 77
5.1 Critica à extraterritorialidade incondicionada 77
5.2 Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada 78
5.3 Hipóteses de extraterritorialidade condicionada 79
5.4 Condições para a extraterritorialidade 80
6. Extradição 80
6.1 Espécies de extradition e fonte legislativa 81
6.2 Requisitos para a concessão 81
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio ne bis in idem e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal 86
8. Outras exceções à regra da territorialidade 86
8.1 Tratados, convenções e regras de direito internacional 87
8.2 Imunidades diplomáticas 88
8.2.1 Abrangência, extensão e exclusão da imunidade 88
8.2.2 Características das imunidades diplomáticas 89
8.3 Imunidades consulares 90
8.4 Imunidades parlamentares 91
8.4.1 Natureza jurídica da imunidade substantiva 91
Sumário

8.4.2 Características da imunidade substantiva .................................................. 92
8.4.3 Características da imunidade processual ..................................................... 94
8.5 Outras imunidades e foros privilegiados ....................................................... 95
8.5.1 Deputados estaduais ..................................................................................... 95
8.5.2 Vereadores ................................................................................................... 95
8.5.3 Advogados .................................................................................................. 96
8.5.4 Prefeitos ..................................................................................................... 97
9. Direito penal internacional e direito internacional penal .................................. 97
Síntese .................................................................................................................. 98

Capítulo IX
EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1. Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional ................................ 101
2. Hipóteses para a homologação ......................................................................... 102
  2.1 Reparação civil do dano causado à vítima ..................................................... 102
  2.2 Aplicação de medida de segurança ............................................................... 102
  2.3 Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro ......................................... 102
3. Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.. 103
Síntese .................................................................................................................. 103

Capítulo X
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais .................................................................. 105
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo ................... 106
3. Frações não computáveis da pena .................................................................... 106
Síntese .................................................................................................................. 106

Capítulo XI
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito ............................................................................................................ 109
2. Critério da sucessividade .................................................................................. 110
3. Critério da especialidade .................................................................................. 110
4. Critério da subsidiariade (tipo de reserva) ...................................................... 112
5. Critério da absorção (ou consunção) ............................................................... 112
6. Critério da alternatividade .............................................................................. 113
Síntese .................................................................................................................. 114
Capítulo XII
CRIME

1. Conceito de crime................................................................. 119
   1.1 Conceito material.......................................................... 119
   1.2 Conceito formal........................................................... 120
   1.3 Conceito analítico......................................................... 121
2. Diferença entre crime e contravenção penal.......................... 124
3. Sujeitos e objetos do crime.................................................. 125
   3.1 Sujeito ativo............................................................... 125
   • Ponto relevante para debate:
     A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.................. 126
   3.2 Sujeito passivo........................................................... 127
   3.3 Objeto do crime........................................................ 128
4. Classificação dos crimes..................................................... 129
   4.1 Crimes comuns e próprios ......................................... 129
   4.2 Crimes instantâneos e permanentes.............................. 130
   4.3 Crimes comissivos e omissivos.................................... 132
   4.4 Crimes de atividade e de resultado............................. 132
   4.5 Crimes de dano e de perigo........................................ 133
   4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos...................... 133
   4.7 Crimes progressivos e crimes complexos...................... 133
   4.8 Progressão criminosa................................................ 134
   4.9 Crime habitual........................................................ 135
   4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes................. 136
   4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada............... 136
   4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)........ 136
   4.13 Crimes remetidos.................................................. 137
   4.14 Crimes condicionados............................................. 137
   4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento)................ 137
Síntese .................................................................................. 137

Capítulo XIII
TIPICIDADE

1. Apresentação ........................................................................ 143
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura............................... 144
   2.1 Elementos do tipo penal incriminador........................... 145
   2.2 Classificação do tipo .................................................. 146
3. Conceito de conduta penalmente relevante.......................... 151
• Ponto relevante para debate:
  A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais .......................................................... 157
4. Conceito de resultado............................................. 157
5. Conceito de nexo causal............................................. 158
  5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva) .......................................................... 159
• Ponto relevante para debate:
  Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo .... 166
  5.2 Causas independentes e relativamente independentes .................. 167
    5.2.1 Concausas e seus efeitos ........................................ 167
  5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios .................................................................................................................. 174
    5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria ................................ 174
    5.3.2 Significado da expressão penalmente relevante ............. 175
    5.3.3 Dever de agir .................................................................. 175
      5.3.3.1 Dever de agir imposito por lei .............................. 176
      5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado .......................................................... 176
      5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco ...................... 176
• Pontos relevantes para debate:
  Deixar o agressor morrer depois de se defender ....................................... 177
  Pais e filhos maiores de 18 anos como garantidores da segurança recíproca ..... 177
  A posição de garante como fruto de outros relacionamentos de afetividade .... 178
  Envenenamento e navalhada como causas da morte ........................................ 178
6. Conceito de tipicidade e excludentes ............................................. 178
  6.1 Adequação social .................................................................. 179
  6.2 Insignificância ...................................................................... 180
Síntese .................................................................................. 183

Capítulo XIV
ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME: DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo ........................................................................ 185
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico .............................. 186
3. Características do dolo .................................................................. 186
4. Conceito de dolo direto .......................................................... 187
  4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau .................. 187
5. Conceito de dolo indireto ou eventual ............................................. 187
Ponto relevante para debate:
A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito ........................................ 188
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual ......................................................... 189
7. Outras classificações do dolo .................................................................................... 189
8. Conceito de culpa ...................................................................................................... 191
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente ............................................. 191
10. Elementos da culpa .................................................................................................. 192
11. Situações peculiares no campo da culpa ................................................................. 193
12. Espécies de culpa ..................................................................................................... 194
   12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional ......................................................... 195
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .................................................... 195
Síntese ............................................................................................................................ 197

Capítulo XV
CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO
1. Conceito ..................................................................................................................... 201
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso .................... 201
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador ..................................... 202
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado ............................................. 203
Síntese ............................................................................................................................ 205

Capítulo XVI
ILICITUDE (ANTIJURIDICIDADE)
1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade) .................................................................... 207
2. Excludentes de ilicitude .............................................................................................. 208
3. Classificação das excludentes de ilicitude ................................................................. 208
4. Elemento subjetivo nas excludentes ......................................................................... 209
5. Conceito de estado de necessidade .......................................................................... 211
   5.1 Espécies de estado de necessidade ....................................................................... 211
   5.2 Requisitos do estado de necessidade .................................................................. 213
      5.2.1 Existência de perigo atual .............................................................................. 213
      5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo .......................................................... 214

Ponto relevante para debate:
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo ........................................ 214
   5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão .......................................... 215
   5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro .............................................................. 216
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado ........................................ 216
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo .................................................................. 216
5.3 Causa de diminuição de pena .......................................................................... 217
6. Conceito e fundamento da legítima defesa ...................................................... 217
   6.1 Elementos da legítima defesa ....................................................................... 218
      6.1.1 Injustiça da agressão ........................................................................... 218
      6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão .................................................... 219
      6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros ..................................... 220
• Ponto relevante para debate:
   A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério .......................... 222
   Legítima defesa da honra versus legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade .... 224
      6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação .................................... 228
      6.1.5 Moderação da reação ............................................................................ 229
      6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa .................................................... 230
         6.1.6.1 Ofendículos .................................................................................... 231
• Ponto relevante para debate:
   A natureza jurídica dos ofendículos ................................................................ 231
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa ............................. 234
      6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude ....................................................... 234
      6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica ................................................... 235
      6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis ................................... 235
      6.2.4 Legítima defesa sucessiva ..................................................................... 235
      6.2.5 Legítima defesa contra multidão ................................................................ 236
      6.2.6 Legítima defesa contra provocação ......................................................... 236
      6.2.7 Legítima defesa nas relações familiares .................................................... 236
      6.2.8 Legítima defesa por omissão .................................................................. 237
      6.2.9 Legítima defesa praticada por inimputáveis ............................................ 238
      6.2.10 Legítima defesa da comunidade ............................................................. 238
      6.2.11 Legítima defesa de animais ................................................................... 239
7. Conceito de estrito cumprimento do dever legal ............................................. 239
   7.1 Situações de cumprimento de dever legal ...................................................... 240
8. Conceito de exercício regular de direito ......................................................... 240
   8.1 Situações de exercício regular de direito ....................................................... 241
   8.2 Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito .................. 242
      8.2.1 O estupro da esposa praticado pelo marido ............................................ 242
      8.2.2 O trote acadêmico ou militar ................................................................. 243
8.2.3 Os castigos dos pais e dos professores ...................................................... 243
8.2.4 As lesões praticadas no esporte ................................................................. 243

9. Consentimento do ofendido ............................................................................... 244
   • Ponto relevante para debate:
     O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e
     quando afasta a ilicitude .................................................................................. 247
   9.1 Requisitos da excludente do consentimento do ofendido .............................. 249
   10. Os excessos no contexto das excludentes ..................................................... 250
   10.1 Modalidades de excessos ............................................................................. 251

Síntese .................................................................................................................... 253

Capítulo XVII
CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade ................................................................................ 255
   1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material ........................................... 260
   1.2 Conceito de coculpabilidade ..................................................................... 260

2. Excludentes de culpabilidade .......................................................................... 261
   2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato ............................................. 262
      2.1.1 Imputabilidade penal ........................................................................... 262
      2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.... 264
   • Ponto relevante para debate:
     A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência
     do interesse do réu (in dubio pro reo) .............................................................. 267
      2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental ....................................... 268
      2.1.3 Embriaguez decorrente de vício ............................................................ 269
      2.1.4 Menoridade .......................................................................................... 269
   • Ponto relevante para debate:
     O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos ..................... 271
     2.2 Excludentes concernentes ao fato ............................................................. 271
      2.2.1 Coação moral irresistível ........................................................................ 271
   • Ponto relevante para debate:
     A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas ... 272
      2.2.2 Obediência hierárquica .......................................................................... 243
      2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior .................... 274
         2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa .................................................. 274
         2.2.3.2 A teoria da actio libera in causa ....................................................... 276
         2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior ............................................................. 278
         2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita ....................................................... 278
Capítulo XVIII
CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado

2. Tentativa

2.1 Conceito de crime tentado

2.2 Natureza jurídica da tentativa

2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa

2.4 Dolo e culpa na tentativa

2.5 Conceito e divisão do iter criminis

• Ponto relevante para debate:

Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime

2.6 Tentativa e dolo eventual

2.7 Tentativa e crime de impeto

2.8 Crimes que não admitem a tentativa

2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa

2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita

2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha

3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz

3.1 Conceito de desistência voluntária

3.1.1 Desistência momentânea

3.1.2 O problema da execução retomada

3.2 Conceito de arrependimento eficaz

3.3 Natureza jurídica

3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade

3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa

4. Arrependimento posterior

4.1 Conceito

4.2 Natureza jurídica

4.3 Requisitos para a aplicação
Ponto relevante para debate:
A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior

4.4 Critérios para a diminuição da pena
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas

5. Crime impossível

5.1 Conceito e natureza jurídica
5.2 Fundamento da não punição do crime impossível
5.3 Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo
5.4 Análise dos elementos do crime impossível
5.5 Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível

Ponto relevante para debate:
O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível
Síntese

Capítulo XIX
ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Conceitos de erro e ignorância
2. Conceito de erro de tipo
3. Possibilidade de punição por crime culposo
4. Erro escusável e erro inescusável
5. Erro essencial e erro acidental
6. Erro quanto à pessoa
7. Erro determinado por terceiro
8. Conceito de erro de proibição
9. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude
10. Erro de proibição escusável e inescusável
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição
12. Conceito de discriminantes putativas
13. Divisão das discriminantes putativas
14. Natureza jurídica das discriminantes putativas
Síntese

Capítulo XX
CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas
2. Teorias do concurso de pessoas
Sumário

XXI

3. Distinção entre autoria e participação ................................................................. 332
  3.1 Teoria do domínio do fato ................................................................................. 333
  3.2 Executor de reserva ......................................................................................... 334
4. Critérios quanto à punição do participante ......................................................... 335
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo ...................................................... 336
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 ................................. 336
   6.1 Punição do coautor ou participante "na medida da sua culpabilidade" ........ 336
   6.2 Participação de menor importância .............................................................. 337
   6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta)..... 338
7. Requisitos do concurso de agentes ................................................................... 338
8. Alguns aspectos da autoria mediata .................................................................. 339
9. Autoria colateral .................................................................................................. 339
   • Ponto relevante para debate:
     A coautoria e a participação em crime culposo ............................................... 340
10. Conivência ......................................................................................................... 340
11. Coautoria e participação em crimes omissivos próprios e impróprios ................ 341
   • Ponto relevante para debate:
     A participação posterior à consumação do crime .......................................... 342
12. Participação e cumplicidade ............................................................................ 343
   12.1 Conivência .................................................................................................. 344
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias ........................................ 344
   • Ponto relevante para debate:
     A comunicação aos coautores e participantes das circunstâncias e condições de caráter objetivo ................................................................. 344
   13.1 Exceção quanto à elementar do crime ......................................................... 345
14. Casos de impunibilidade ................................................................................... 347
Síntese ...................................................................................................................... 348

Capítulo XXI
TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena .................................................................................................. 349
2. Teorias extremadas da pena ................................................................................ 351
3. Garantismo penal ............................................................................................... 353
   • Pontos relevantes para debate:
     Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal ................................................................. 354
     A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo ......................................................... 355
     Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa ......................................................... 356
Cominação das penas ................................................................. 358
Princípios da pena ................................................................. 359
Espécies de penas ................................................................. 359
Síntese .................................................................................. 359

Capítulo XXII
PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples........ 361
2. Regime progressivo de cumprimento da pena ................................ 362
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar ................. 368
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura ................. 368
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso ........................... 369
6. Imprescindibilidade do regime fechado ....................................... 369
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena ............................................................ 370
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime ............................................... 371
9. Regime fechado .................................................................... 372
   * Pontos relevantes para debate:
     A aplicação do regime fechado à pena de detenção .................... 373
     A viabilidade da progressão por salto .................................... 373
     9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo .......... 375
     9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado ............... 376
     9.3 Regime Disciplinar Diferenciado ....................................... 377
   * Ponto relevante para debate:
     A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado ............ 378
     9.4 Trabalho externo do condenado ....................................... 379
10. Regime semiaberto ................................................................ 379
    10.1 Saídas temporárias e trabalho externo ............................... 379
    10.2 Situação do indígo .......................................................... 380
11. Regime aberto ..................................................................... 380
    11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso ....... 380
    11.2 Inviabilidade de fixação de penas restritivas de direitos como condição do regime aberto ................................................... 381
12. Direitos do preso ................................................................. 381
    12.1 Direito à visita íntima ...................................................... 381
    12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio ............. 382
    12.3 Disposições constitucionais de proteção ao preso ............... 382
    12.4 Direito do preso à execução provisória da pena .................... 383
Capítulo XXIII
PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos ............................................................... 393
2. Natureza jurídica .................................................................................................. 393
3. Espécies de penas restritivas de direitos ............................................................. 394
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos .......................... 395

- Ponto relevante para debate:
A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados ................................................. 396
As penas alternativas no cenário da violência doméstica ..................................... 397
5. Momentos para a conversão ............................................................................... 399
6. Exigências para a conversão ................................................................................. 399
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .............. 401
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos ..................... 403

- Ponto relevante para debate:
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas...... 405
8.1 Perda de bens ou valores .................................................................................... 405
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas ......................... 406
8.4 Interdição temporária de direitos ..................................................................... 407
8.5 Limitação de fim de semana ............................................................................. 408
Síntese ...................................................................................................................... 409
Capítulo XXIV
PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa ................................................................. 411
2. Critérios para a fixação da pena de multa .................................................. 412
   • Ponto relevante para debate:
     O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa .......... 413
3. O valor do dia-multa em salário mínimo ................................................... 414
4. Atualização monetária da multa ............................................................... 415
5. Pagamento da multa .................................................................................. 416
6. Multa como dívida de valor ...................................................................... 416
   • Pontos relevantes para debate:
     A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .................... 416
     A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa
       para a esfera cível ................................................................................. 417
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição ...................................... 418
Síntese .......................................................................................................... 418

Capítulo XXV
APLIÇÃO DA PENA

1. Conceito .................................................................................................... 419
   • Ponto relevante para debate:
     As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário..... 419
2. Circunstâncias judiciais .............................................................................. 420
3. Pena-base .................................................................................................. 421
   3.1 Critérios para a fixação da pena-base .................................................... 421
4. Elementos do art. 59 do Código Penal ...................................................... 427
   4.1 Culpabilidade ....................................................................................... 427
   • Ponto relevante para debate:
     Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor .......................................... 428
   4.2 Antecedentes ....................................................................................... 432
   • Ponto relevante para debate:
     O significado e a extensão da expressão maus antecedentes ...................... 432
   • Ponto relevante para debate:
     A caducidade dos maus antecedentes ..................................................... 433
   4.3 Conduta social ...................................................................................... 434
   4.4 Personalidade ....................................................................................... 435
   • Ponto relevante para debate:
     A avaliação da personalidade do acusado pelo julgador .............................. 436
   4.5 Motivos do crime ............................................................................... 437
4.6 Circunstâncias do crime ................................................................. 437
4.7 Consequências do crime............................................................... 438
4.8 Comportamento da vítima............................................................. 440
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .......................... 442
6. Substituição da pena privativa de liberdade .................................... 443
7. Agravantes e atenuantes ................................................................. 443

7.1 Agravantes .................................................................................... 443
7.1.1 Motivo fútil ................................................................................ .. 444
7.1.2 Motivo torpe ............................................................................... 445
7.1.3 Motivação torpe específica ......................................................... 445
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou 
torna impossível a defesa do ofendido ............................................. 446
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou 
de que possa resultar perigo comum ................................................. 446
7.1.6 Relações familiares ................................................................. 447
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ... 447
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever ......................................... 448
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida ......... 449
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade ...................................... 451
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública ............. 451
7.1.12 Embriaguez preordenada ...................................................... 451
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa... 452
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa ....................... 452
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime ............................................. 452
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito ......................... 452
7.1.13.4 Criminoso mercenário....................................................... 452
7.1.14 Reincidência .......................................................................... 453
7.1.14.1 Conceito............................................................................ 453

• Ponto relevante para debate:
A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo 
mesmo fato (ne bis in idem) .............................................................. 453
7.1.14.2 Espécies de reincidência ...................................................... 454

• Ponto relevante para debate:
A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal.... 454
7.1.14.3 Efeitos da reincidência ...................................................... 455
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior ................................. 456
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios .............................. 456
7.1.14.6 Crime político .................................................................. 457
7.2 Atenuantes .................................................. 458
7.2.1 Menoridade relativa ............................................................. 458
7.2.2 Senilidade ............................................................ 459
7.2.3 Desconhecimento da lei ........................................... 460
7.2.4 Relevante valor social ou moral ...................................... 461
7.2.5 Arrependimento ....................................................... 461
7.2.6 Coação resistível ....................................................... 462
7.2.7 Cumprimento de ordem superior ...................................... 462
7.2.8 Violenta emoção ....................................................... 462
7.2.9 Confissão espontânea ............................................. 462
7.2.10 Influência de multidão, em meio a tumulto .................. 464
7.2.11 Atenuante inominada ............................................... 464
7.3 Concurso de agravantes e atenuantes ........................ 465
7.3.1 Agravantes e atenuantes específicas ............................. 465
8. Cálculo da pena .......................................................... 467
8.1 Sistemas para a fixação da pena ........................................ 467
8.2 Existência de duas ou mais qualificadoras ....................... 469
8.3 Compensação entre circunstâncias judiciais e legais ...... 470
8.4 Concurso entre causas de aumento e de diminuição .......... 470
8.5 Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições ........ 470
Síntese ....................................................................... 472

Capítulo XXVI
CONCURSO DE CRIMES

1. Conceito e critério de análise ............................................ 475
2. Sistemas do concurso de crimes ........................................ 475
2.1 Sistema da acumulação material ..................................... 475
2.2 Sistema da exasperação da pena .................................... 476
2.3 Sistema da absorção .................................................... 476
2.4 Sistema da acumulação jurídica ...................................... 476
3. Concurso material ....................................................... 477
3.1 Conceito ............................................................... 477
3.2 Critérios para a aplicação da pena ................................. 477
3.3 Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos ........................................ 478
4. Concurso formal .......................................................... 478
4.1 Conceito ............................................................... 478
4.2 Concurso formal perfeito e imperfeito ......................... 478
Sumário XXVII

Capítulo XXVII
ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (aberratio ictus) ................................................................. 497
2. Modalidades de erro na execução......................................................................................... 497
3. Responsabilidade penal objetiva na aberratio ictus ............................................................. 499
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (aberratio criminis ou aberratio delicti) ................................................................................................................................. 499
Síntese ........................................................................................................................................ 500

• Ponto relevante para debate:

A amplitude conceitual da expressão designios autônomos ................................................. 479
4.3 Concurso material favorável ou benéfico ............................................................................ 480
4.4 Concorrência de concursos .................................................................................................. 481
5. Crime continuado ...................................................................................................................... 481
5.1 Conceito.................................................................................................................................. 481
5.2 Natureza jurídica ..................................................................................................................... 482
5.3 Teorias do crime continuado .................................................................................................. 482
5.4 Crimes da mesma espécie ........................................................................................................ 484
5.5 Condições de tempo................................................................................................................ 485
5.6 Condições de espaço .............................................................................................................. 485
5.7 Formas de execução ............................................................................................................... 486
5.8 Outras circunstâncias semelhantes ....................................................................................... 486

• Ponto relevante para debate:

O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional..................... 487
5.9 Critério de dosagem do aumento .......................................................................................... 487
5.10 Crime continuado e inimputabilidade ............................................................................... 488
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos .................................. 488
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas ...................................................... 488
5.13 Espécies de crime continuado .............................................................................................. 489
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual ............................................................ 489

• Ponto relevante para debate:

A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes ................................ 490
6. Concurso de infrações e execução da pena ............................................................................ 490

Síntese ........................................................................................................................................ 490
Capítulo XXVIII
LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento ........................................ 501
2. Unificação das penas em 30 anos .................................................................................. 506
3. Modo de unificação ........................................................................................................ 506
Síntese .................................................................................................................................. 507

Capítulo XXIX
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos ..................................................................................... 509
2. Natureza jurídica .......................................................................................................... 510
3. Requisitos para a sua concessão .................................................................................. 510
4. Espécies de sursis ........................................................................................................ 511
   • Ponto relevante para debate:
     A concessão do sursis como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu .......... 511
5. Pontos controversos ...................................................................................................... 512
   5.1 Sursis e indulto ......................................................................................................... 512
   5.2 Existência de processos em andamento ................................................................. 512
   5.3 Réu ausente ............................................................................................................. 513
   5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil ..................................................................... 513
   5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário ....................................... 514
   5.6 Sursis e habeas corpus ............................................................................................ 515
   • Ponto relevante para debate:
     A possibilidade do cabimento do sursis para crime hediondo.................................. 516
6. Período de prova e escolha das condições .................................................................... 516
7. Causas de revogação .................................................................................................... 518
   7.1 Revogação obrigatória ............................................................................................ 518
   7.2 Revogação facultativa .............................................................................................. 518
8. Prorrogação do período de prova ................................................................................ 519
9. Finalização do sursis .................................................................................................... 520
Síntese .................................................................................................................................. 521

Capítulo XXX
LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos ...................................... 523
2. Natureza jurídica .......................................................................................................... 524
3. Requisitos para a sua concessão .................................................................................. 524
3.1 Objetivos.............................................................................................................. 524
3.2 Subjetivos............................................................................................................. 525

* Ponto relevante para debate:
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obriga-
toriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Clas-
sificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional,
após o advento da Lei 10.792/2003........................................................................... 527

4. Duração do livramento .......................................................................................... 528
5. Pontos polêmicos..................................................................................................... 528
  5.1 Livramento condicional e habeas corpus ....................................................... 528
  5.2 Livramento condicional cautelar ...................................................................... 528
  5.3 Livramento condicional para estrangeiro....................................................... 528

6. Parecer do Conselho Penitenciário ....................................................................... 529
7. Soma das penas para efeito de livramento ......................................................... 529
8. Condições do livramento condicional ................................................................... 530
  8.1 Obrigatórias....................................................................................................... 530
  8.2 Facultativas........................................................................................................ 530
9. Revogação do livramento ...................................................................................... 530
  9.1 Causas obrigatórias........................................................................................... 530
  9.2 Causas facultativas............................................................................................ 531
  9.3 Prévia oportunidade de defesa.......................................................................... 531
  9.4 Livramento insustentente.................................................................................. 531

10. Efeitos da revogação ............................................................................................ 531
11. Extinção da pena e prorrogação automática .................................................... 532
Síntese ...................................................................................................................... 532

Capítulo XXXI
EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação ................................... 533
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória .......... 534
3. Efeitos genéricos.................................................................................................... 535
  3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano................................................... 535
  3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita ....................... 536
4. Efeitos específicos.................................................................................................. 537
  4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo ....................................... 537
  4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela ... 538
  4.3 Inabilitação para dirigir veículo........................................................................ 539
Síntese ...................................................................................................................... 540
Capítulo XXXII
REABILITAÇÃO

1. Conceito .................................................. 541
2. Competência para a concessão de reabilitação ........... 543
3. Prazo e procedimento .................................... 543
4. Indeferimento da reabilitação e recursos .............. 544
5. Reabilitação e reincidência ................................ 544
6. Reabilitação em porções .................................... 544
Síntese ..................................................................... 545

Capítulo XXXIII
MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito .................................................. 547
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança .... 548
3. Espécies de medidas de segurança ......................... 548
4. Extinção de punibilidade .................................... 549
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança .... 549
6. Sentença de absolvição imprópria ......................... 550
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial 550
8. Duração da medida de segurança ......................... 551
9. Culpabilidade e periculosidade ............................ 552
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução 552
   • Ponto relevante para debate:
     O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena ........................................ 553
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena ......................... 554
12. Detração e medida de segurança .......................... 554
13. Exame de cessação da periculosidade ..................... 555
14. Condições para a desinternação ou liberação ........... 556
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .......... 557
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum ........ 557
   • Ponto relevante para debate:
     Concorrência da medida de segurança com a Lei 10.216/2001 ........... 557
Síntese ..................................................................... 559

Capítulo XXXIV
AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal .................................. 561
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada 562
3. Critério de iniciativa da ação penal .......................................................... 562
4. Espécies de ação penal, quanto ao polo ativo .................................... 563
5. Ação penal no crime complexo ............................................................... 565
Síntese ........................................................................................................ 566

Capítulo XXXV
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade .................................................. 567
2. Causas gerais e específicas ................................................................. 568
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade .................. 569
4. Momentos de ocorrência ..................................................................... 569
5. Morte do agente .................................................................................. 570
   • Ponto relevante para debate:
     As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente .... 571
6. Anistia .................................................................................................. 572
7. Graça ou indulto individual ................................................................. 572
8. Indulto coletivo .................................................................................. 574
   • Ponto relevante para debate:
     Indulto da pena de multa e limite mínimo para a inscrição de débito na dívida ativa .......................................................... 575
9. Abolitio criminis .................................................................................. 575
10. Decadência ......................................................................................... 576
11. Perempção ......................................................................................... 577
12. Renúncia e perdão ............................................................................. 577
13. Retratação .......................................................................................... 578
14. Perdão judicial .................................................................................... 579
   • Ponto relevante para debate:
     A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .......... 579
15. Prescrição ........................................................................................... 581
   15.1 Conceito e teorias justificatorias .................................................. 581
   15.2 Prazos para o cálculo da prescrição ............................................. 582
   • Ponto relevante para debate:
     A prescrição da medida de segurança ............................................ 583
   15.3 Prescrição como matéria de ordem pública ................................. 584
   • Ponto relevante para debate:
     A influência da detração no cálculo prescricional ......................... 584
   15.4 Modalidades de prescrição ............................................................ 585
PARTE ESPECIAL

INTRODUÇÃO À PARTE ESPECIAL

Título I
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – Art. 121

• Pontos relevantes para debate:
  A existência de homicídio simples hediondo
  A (in)aplicabilidade da causa de aumento de crime cometido por milícia privada ou grupo de exterminio
  A existência de homicídio qualificado-privilegiado
  A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo
  A questão do ciúme como elemento motivador do homicídio
  O homicídio sem motivo
  A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima
A polêmica questão da eutanásia ................................................................. 624
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – Art. 122 ........................................ 625
  • Pontos relevantes para debate:
    O auxílio por omissão...................................................................................... 627
    A solução da situação denominada pacto de morte........................................ 628
Infanticídio – Art. 123 .......................................................................................... 628
  • Ponto relevante para debate:
    O concurso de pessoas no infanticídio............................................................ 630
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – Art. 124 ............... 630
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – Art. 125 ......................... 632
Aborto provocado por terceiro com consentimento – Art. 126 ......................... 633
Formas qualificadas de aborto – Art. 127 ............................................................ 635
Excludentes de ilicitude – Art. 128 ..................................................................... 636
  • Pontos relevantes para debate:
    A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida ........ 638
    A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia ....................... 638
    A autorização do aborto eugênico ................................................................... 639

Capítulo II
DAS LESÕES CORPORAL

Lesão corporal – Art. 129 ..................................................................................... 641
  • Ponto relevante para debate:
    A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal..................................... 652

Capítulo III
DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – Art. 130................................................................. 653
Perigo de contágio de moléstia grave – Art. 131 ............................................... 655
  • Ponto relevante para debate:
    Transmissão do vírus da AIDS......................................................................... 656
Perigo para a vida ou saúde de outrem – Art. 132 .............................................. 657
Abandono de incapaz – Art. 133 ......................................................................... 658
Exposição ou abandono de recém-nascido – Art. 134 ......................................... 660
Omissão de socorro – Art. 135 ........................................................................... 662
  • Ponto relevante para debate:
    As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio................ 664
    Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial – Art. 135-A . 664
    Maus-tratos – Art. 136..................................................................................... 666
• Ponto relevante para debate:
  A palmada configura maus-tratos? ................................................................. 668

Capítulo IV
DA RIXA

Rixa – Art. 137 ........................................................................................................ 669

Capítulo V
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – Art. 138 .................................................................................................. 671
Difamação – Art. 139 .............................................................................................. 674
Injúria – Art. 140 .................................................................................................... 676
Disposições comuns – Arts. 141 a 145 .................................................................. 679

Capítulo VI
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL
Constrangimento ilegal – Art. 146 ........................................................................ 685
Ameaça – Art. 147 ................................................................................................ 688
Sequestro e cárcere privado – Art. 148 ................................................................. 689
Redução a condição análoga à de escravo – Art. 149 ........................................ 691

Seção II
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO
Violação de domicílio – Art. 150 ........................................................................... 693

Seção III
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA
Violação de correspondência – Art. 151 .............................................................. 697
• Ponto relevante para debate:
  A violação da correspondência dos cônjuges .................................................. 699
Violação de correspondência comercial – Art. 152 ............................................. 700

Seção IV
DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DOS SEGREDOs
Divulgação de segredo – Art. 153 ....................................................................... 701
VIOLAÇÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL – ART. 154

VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO – ART. 154-A

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

CAPÍTULO I
DO FURTO

Furto – Art. 155

• Pontos relevantes para debate:
  A questão da casa habitada no furto noturno
  O furto de coisas de estimação
  O furto de cadáver
  O furto de coisas de ínfimo valor
  O furto de imagem
  O furto de talão de cheques e de cartão de crédito
  O furto de uso como crime
  A trombada como furto ou roubo
  A aplicação do privilégio (§ 2.°) à figura qualificada (§ 4.°)

Furto de coisa comum – Art. 156

CAPÍTULO II
DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – Art. 157

• Pontos relevantes para debate:
  O roubo de uso
  A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade
  A existência da tentativa no roubo impróprio
  O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento

Extorsão – Art. 158

• Ponto relevante para debate:
  A proporcionalidade das penas do sequestro relâmpago

Extorsão mediante sequestro – Art. 159

• Ponto relevante para debate:
  A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica

Extorsão indireta – Art. 160
Capítulo III
DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – Art. 161, caput...................................................... 749
Usurpação de águas – Art. 161, § 1.°, I.............................................................. 750
Esbulho possessório – Art. 161, § 1.°, II............................................................ 752
Supressão ou alteração de marca em animais – Art. 162................................. 753

Capítulo IV
DO DANO

Dano – Art. 163 .............................................................................................. 755
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – Art. 164............ 757
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – Art. 165.............. 758
Alteração de local especialmente protegido – Art. 166........................................ 759
Ação penal – Art. 167.................................................................................... 761

Capítulo V
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – Art. 168................................................................. 763
Apropriação indébita previdenciária – Art. 168-A............................................ 765
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – Art. 169..... 767
Causa de diminuição de pena – Art. 170 .......................................................... 768

Capítulo VI
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – Art. 171 .................................................................................. 769

- Pontos relevantes para debate:
  A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.).......................................................... 772
  O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral............................................................. 772
  O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade................................. 772
  O estelionato como delito permanente.......................................................... 772
  A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal................................. 772
  A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia... 773
  O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo............................ 773
  O cheque sem fundos emitido para pagar serviço de prostituição.................. 773
  O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.......................... 774
Duplicata simulada – Art. 172
Abuso de incapazes – Art. 173
Induzimento à especulação – Art. 174
Fraude no comércio – Art. 175
Outras fraudes – Art. 176

• Ponto relevante para debate:
A questão da "pendura" para configurar o delito previsto no art. 176

Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – Art. 177
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou warrant – Art. 178
Fraude à execução – Art. 179

Capítulo VII
DA RECEPÇÃO

Recepção – Art. 180

Capítulo VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – Arts. 181 a 183

• Pontos relevantes para debate:
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável

Título III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – Art. 184
Usurpação de nome ou de pseudônimo alheio – Art. 185
Ação penal – Art. 186

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

Violação de privilégio de invenção – Art. 187
Falsa atribuição de privilégio – Art. 188
Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado – Art. 189
Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho – Art. 190
Ação penal – Art. 191
Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Violação do direito de marca – Art. 192 .......................................................... 807
Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos – Art. 193 .................. 807
Marca com falsa indicação de procedência – Art. 194 ................................. 808
Ação penal – Art. 195 .................................................................................. 808

Capítulo IV
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

Concorrência desleal – Art. 196 .................................................................... 809

Título IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – Art. 197 ...................................... 811
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – Art. 198 .. 813
Atentado contra a liberdade de associação – Art. 199 ................................... 814
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – Art. 200 .. 815
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – Art. 201 .............................. 817
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – Art. 202 .. 818
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – Art. 203 ...................... 819
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – Art. 204 ................. 821
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – Art. 205 ...... 822
Aliciamento para o fim de emigração – Art. 206 ........................................... 823
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – Art. 207 .. 824

Título V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO
E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultrace a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – Art. 208 ...... 829

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – Art. 209 .................... 833
Violação de sepultura – Art. 210 .................................................................. 835
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – Art. 211 ............................ 836
Vilipêndio a cadáver – Art. 212 .................................................................. 837
Título VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – Art. 213

- Pontos relevantes para debate:
  A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa
  A análise do grau de resistência da vítima
  O estupro como crime único de condutas alternativas
  A perspectiva de aplicação do crime continuado, do concurso material, do concurso formal ou do crime único
  A aplicação retroativa da nova figura do estupro
  A necessidade de criação de um tipo penal intermediário
  O estupro cometido por vingança ou como instrumento de humilhação
  Atentado violento ao pudor – Art. 214
  Violação sexual mediante fraude – Art. 215
  Atentado ao pudor mediante fraude – Art. 216

Assédio sexual – Art. 216-A

- Pontos relevantes para debate:
  A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a)
  A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel
  A paixão do agente pela vítima

Capítulo II
DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL

Sedução – Art. 217

Estupro de vulnerável – Art. 217-A

- Ponto relevante para debate:
  Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa
  Mediação de vulnerável para servir à lascívia de outrem (rubrica inserida pelo autor)

Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente – Art. 218-A

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável – Art. 218-B

Capítulo III
DO RAPTO

Rapto violento ou mediante fraude – Art. 219
XL  MANUAL DE DIREITO PENAL - NUCCI

Rapto consensual – Art. 220 ................................................................................................ 875
Diminuição de pena – Art. 221 ........................................................................................... 876
Concurso de rapto e outro crime – Art. 222...................................................................... 876

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Formas qualificadas – Art. 223............................................................................................ 877
Presunção de violência – Art. 224....................................................................................... 877
Ação penal – Art. 225........................................................................................................ 877
• Ponto relevante para debate:
   Espécie de ação quando houver resultado lesão grave ou morte.................................. 879
Aumento de pena – Art. 226.............................................................................................. 880

Capítulo V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA
PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU
OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Mediação para servir a lascívia de outrem – Art. 227 ...................................................... 881
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual – Art. 228............. 883
Favorecimento da exploração sexual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 229............... 886
• Pontos relevantes para debate:
   A questão da análise das casas de massagem, relax for men, boates para encontros,
   motéis, drive in, saunas mistas, hotéis de alta rotatividade ........................................ 890
   A inviabilidade da prisão em flagrante......................................................................... 890
Rufianismo – Art. 230........................................................................................................ 892
• Ponto relevante para debate:
   A medida da intervenção mínima no crime de rufianismo.......................................... 894
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231 ................. 894
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual – Art. 231-A ......................... 896

Capítulo VI
DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – Art. 233 ...................................................................................................... 899
• Ponto relevante para debate:
   A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica .... 901
Escrito ou objeto obsceno – Art. 234................................................................................. 901
• Ponto relevante para debate:
   A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal .................................................. 903
Capítulo VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Aumento de pena – Art. 234-A .............................................................................. 905
• Ponto relevante para debate:
  Mulher estupra homem e engravidou: aplicabilidade da causa de aumento ...... 906
  Sigilo processual (rubrica inserida pelo autor) – Art. 234-B ........................................ 906
  Art. 234-C (Vetado.) ................................................................................................. 907

Título VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – Art. 235 ........................................................................................................ 911
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – Art. 236 ...................... 913
Conhecimento prévio de impedimento – Art. 237 ................................................... 915
Simulação de autoridade para celebração de casamento – Art. 238 .................... 916
Simulação de casamento – Art. 239 ........................................................................... 917
Adultério – Art. 240 .................................................................................................... 918

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – Art. 241 .......................................................... 919
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém­
nascido – Art. 242 ........................................................................................................ 920
Sonegação de estado de filiação – Art. 243 .................................................................. 922

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – Art. 244 ...................................................................................... 925
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – Art. 245 .................................................. 927
Abandono intelectual – Art. 246 .................................................................................. 928
Abandono moral – Art. 247 ......................................................................................... 929

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA O
PÁTRIO PODER, TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – Art. 248 .......... 931
Ponto relevante para debate:
A necessidade de ser efetivada a fuga................................................................. 932
Subtração de incapazes – Art. 249 ........................................................................ 933

Título VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – Art. 250 ............................................................................................................... 937
Explosão – Art. 251 ............................................................................................................... 940
Uso de gás tóxico ou asfixiante – Art. 252 ........................................................................ 942
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou
asfixiante – Art. 253........................................................................................................ 943
Inundação – Art. 254 ........................................................................................................ 944
Perigo de inundação – Art. 255 ........................................................................................ 945
Desabamento ou desmoronamento – Art. 256 ............................................................... 947
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – Art. 257 ..................... 948
Formas qualificadas de crime de perigo comum – Art. 258........................................... 949
Difusão de doença ou praga – Art. 259 ......................................................................... 950

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS
MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – Art. 260.......................................................................... 953
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – Art. 261 ...... 955
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – Art. 262.......................... 957
Forma qualificada – Art. 263 .......................................................................................... 958
Arremesso de projétil – Art. 264 .................................................................................... 959
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – Art. 265....................... 960
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefónico, informático, telemático
ou de informação de utilidade pública – Art. 266............................................................ 962

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – Art. 267 .......................................................................................................... 965
Infração de medida sanitária preventiva – Art. 268 ......................................................... 966
Omissão de notificação de doença – Art. 269 ................................................................. 968
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – Art. 270...
Corrupção ou poluição de água potável – Art. 271.......................................................... 971
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – Art. 272 ............................................................................................................... 972
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – Art. 273 ............................................................................................................... 974
• Ponto relevante para debate:
  A inconstitucionalidade da pena cominada às figuras incriminadoras do art. 273 do Código Penal ............................................................................................................... 976
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – Art. 274 .................. 977
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – Art. 275 ........................................ 979
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – Art. 276 ........... 980
Substância destinada à falsificação – Art. 277 ......................................................... 981
Outras substâncias nocivas à saúde pública – Art. 278 ........................................... 982
Substância avariada – Art. 279 ............................................................................... 984
Medicamento em desacordo com receita médica – Art. 280 ......................... 984
Comércio clandestino ou facilitação de uso de entorpecentes – Art. 281 ............. 985
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – Art. 282 ............. 985
Charlatanismo – Art. 283 ....................................................................................... 986
Curandeirismo – Art. 284 ..................................................................................... 988
Forma qualificada – Art. 285 ................................................................................ 989

Título IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – Art. 286 ............................................................................... 991
Apologia de crime ou criminoso – Art. 287 ......................................................... 993
• Ponto relevante para debate:
  Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações ....................................... 994
Associação criminosa – Art. 288 ........................................................................ 994
• Pontos relevantes para debate:
  A tipificação do delito de associação criminosa na hipótese de crime continuado... 998
  A possibilidade de concurso de pessoas.............................................................. 999
  O concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância .............................................................. 999
Constituição de milícia privada – Art. 288-A ..................................................... 999

Título X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – Art. 289 ....................................................................................... 1003
Crimes assimilados ao de moeda falsa – Art. 290 ............................................................. 1005
Petrechos para falsificação de moeda – Art. 291 .............................................................. 1007
Emissão de título ao portador sem permissão legal – Art. 292 .............................. 1009

Capítulo II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPEIS PÚBLICOS
Falsificação de papéis públicos – Art. 293 .............................................................. 1013
Petrechos de falsificação – Art. 294 ........................................................................... 1016
Causa de aumento de pena – Art. 295 ....................................................................... 1018

• Pontos relevantes para debate:
  A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público
  ou outra vantagem por parte do próprio agente .................................................... 1035

Falsidade de atestado médico – Art. 302 ........................................................................ 1036
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303 ......................... 1037
Uso de documento falso – Art. 304 ............................................................................. 1039

• Pontos relevantes para debate:
  A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea
  do documento ........................................................................................................ 1041
  O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento..... 1041

Supressão de documento – Art. 305 ............................................................................. 1042

Capítulo III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL
Falsificação de selo ou sinal público – Art. 296 ............................................................. 1019
Falsificação de documento público – Art. 297 ................................................................... 1022
Falsificação de documento particular – Art. 298 ............................................................ 1025
Falsidade ideológica – Art. 299 .................................................................................. 1028

• Pontos relevantes para debate:
  As diferenças entre falsidade material e ideológica .............................................. 1030
  A possibilidade de haver falsidade em folha de papel em branco ..................... 1031

Falso reconhecimento de firma ou letra – Art. 300 ...................................................... 1031
Certidão ou atestado ideologicamente falso – Art. 301 .............................................. 1033

• Ponto relevante para debate:
  A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público
  ou outra vantagem por parte do próprio agente .................................................... 1035

Falsidade de atestado médico – Art. 302 ........................................................................ 1036
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – Art. 303 ......................... 1037
Uso de documento falso – Art. 304 ............................................................................. 1039

• Pontos relevantes para debate:
  A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea
  do documento ........................................................................................................ 1041
  O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do docu-
  mento ...................................................................................................................... 1041

Capítulo IV
DE OUTRAS FALSIDADES
Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização
alfandegária, ou para outros fins – Art. 306 ............................................................. 1045
Falsa identidade – Art. 307 ............................................................................................. 1047
• Ponto relevante para debate:
  O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva .......... 1049
Falsa identidade – Art. 308 ................................................................................. 1050
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 309 ......................................................... 1052
Fraude de lei sobre estrangeiro – Art. 310 ......................................................... 1053
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – Art. 311 ............... 1055

Capítulo V
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público – Art. 311-A ........................................ 1057
• Ponto relevante para debate:
  Cola eletrônica e tipificação penal .................................................................... 1060

Título XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – Art. 312 ............................................................................................... 1063
• Ponto relevante para debate:
  O peculato de uso e o crime previsto no art. 312 ........................................... 1066
Peculato mediante erro de outrem – Art. 313 .................................................... 1067
Inserção de dados falsos em sistema de informações – Art. 313-A .................... 1069
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – Art. 313-B ... 1071
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – Art. 314 ............... 1072
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – Art. 315 ......................... 1074
Concussão – Art. 316 ......................................................................................... 1075
• Ponto relevante para debate:
  O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão ................................................................. 1077
Corrupção passiva – Art. 317 .............................................................................. 1078
• Pontos relevantes para debate:
  A ausência de menção à expressão *ato de ofício* ......................................... 1080
  A cifra negra da corrupção ............................................................................. 1081
Facilitação de contrabando ou descaminho – Art. 318 ................................. 1081
Prevaricação – Art. 319 ..................................................................................... 1083
Prevaricação – Art. 319-A .................................................................................. 1084
Condescendência criminosa – Art. 320 ............................................................. 1087
Advocacia administrativa – Art. 321 .................................................................................. 1088
Violência arbitrária – Art. 322............................................................................................. 1090
Abandono de função – Art. 323 ......................................................................................... 1091
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – Art. 324......................... 1093
Violação de sigilo funcional – Art. 325 ............................................................................. 1095
Violação do sigilo de proposta de concorrência – Art. 326............................................. 1096
Funcionário público – Art. 327 .......................................................................................... 1097

* Pontos relevantes para debate:
  O conceito de entidade paraestatal .............................................................................. 1098
  A possibilidade de o conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime .................................................. 1099

Capítulo II
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – Art. 328........................................................................... 1101
Resistência – Art. 329 ....................................................................................................... 1103

* Ponto relevante para debate:
  O concurso entre os crimes de resistência e roubo ....................................................... 1105

Desobediência – Art. 330 .................................................................................................. 1105

* Ponto relevante para debate:
  O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário .............................. 1109

Desacato – Art. 331 .......................................................................................................... 1110
Tráfico de influência – Art. 332........................................................................................ 1112
Corrupção ativa – Art. 333................................................................................................ 1113

* Ponto relevante para debate:
  A questão referente à conduta dar ............................................................................... 1115

Descaminho – Art. 334 ..................................................................................................... 1116
Contrabando – Art. 334-A ............................................................................................... 1120
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – Art. 335................................. 1123
Inutilização de edital ou de sinal – Art. 336 ................................................................. 1124
Subtração ou inutilização de livro ou documento – Art. 337........................................... 1125
Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-A................................................ 1127

Capítulo II-A
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – Art. 337-B.................................. 1131
Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – Art. 338.................................................. 1137
Denunciação caluniosa – Art. 339................................................................. 1138

- Ponto relevante para debate:
  A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denunciação caluniosa... 1141
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – Art. 340 ......................... 1142
Autoacusação falsa – Art. 341................................................................. 1143

- Ponto relevante para debate:
  A questão de o réu ter o amplo direito de mentir para se defender............... 1145
Falso testemunho ou falsa perícia – Art. 342.......................................... 1145

- Pontos relevantes para debate:
  A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade
de se tomar o compromisso de dizer a verdade........................................ 1147
O concurso de pessoas no crime de falso................................................. 1150
Suborno – Art. 343.................................................................................. 1151
Coação no curso do processo – Art. 344................................................. 1152
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 345................................. 1154
Exercício arbitrário das próprias razões – Art. 346................................. 1155
Fraude processual – Art. 347................................................................. 1156
Favorecimento pessoal – Art. 348.......................................................... 1158
Favorecimento real – Art. 349................................................................. 1160
Favorecimento real – Art. 349-A............................................................. 1161
Exercício arbitrário ou abuso de poder – Art. 350.................................... 1163
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – Art. 351......... 1164
Evasão mediante violência contra pessoa – Art. 352............................... 1166
Arrebatamento de preso – Art. 353.......................................................... 1167
Motim de presos – Art. 354................................................................. 1168
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – Art. 355.............. 1170
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – Art. 356................... 1171
Exploração de prestígio – Art. 357......................................................... 1172
Violência ou fraude em arrematação judicial – Art. 358............................. 1174
Desobediência à decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – Art. 359.... 1175
Capítulo IV
DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – Art. 359-A .......................................................... 1179
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – Art. 359-B .................. 1181
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-C .......... 1183
Ordenação de despesa não autorizada – Art. 359-D ..................................................... 1185
Prestação de garantia graciosamente – Art. 359-E ..................................................... 1186
Não cancelamento de restos a pagar – Art. 359-F ..................................................... 1187
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – Art. 359-G ............................................................................................................. 1189
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – Art. 359-H .............................. 1191

BIBLIOGRAFIA ........................................................................................................... 1193

OBRAS DO AUTOR .................................................................................................. 1221